ECONOMIA SOLIDÁRIA: DEFINIÇÕES E CONTRADIÇÕES

Solidarity Economy: Definitions and Contradictions

MARCONSIN, Adauto Fernandes
Faculdade Max Planck
Universidade Federal do ABC

Resumo: A economia solidária conceitualmente surgiu na França com França Filho e Laville (2004), decorrente da crise da sociedade salarial no início dos anos 90. Tem como pressuposto a busca de novos mecanismos de regulação da sociedade, em que práticas socioeconômicas passaram a ser realizadas a partir do território. Algumas categorias definidas por França Filho e Laville (2004) e Singer e Souza (2003) possibilitam a caracterização da economia solidária: pluralidade de princípios econômicos, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitário-pública, finalidade multidimensional, a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática da empresa, a repartição da receita líquida entre os cooperados, a destinação das sobras por critérios definidos entre os associados.

Palavras-chave: economia solidária, economia de mercado, economia estatal.

Abstract: The concept of solidarity economy emerged in France, with França Filho and Laville (2004), in a moment of crisis of employment in the early 90's. The solidarity economy is based on the search for new social paradigms, with socio-economic practices implemented from the neighborhood. Singer and Souza (2003), characterize the solidarity economy across some categories, such as: plurality of economic principles, institutional autonomy, democratization of decision-making, sociability public-community, different purposes, collective ownership of means of production, democratic management of the company, the distribution of net revenue among the members, the allocation of the surplus by criteria defined between the members.

Key-words: solidarity economy, market economy, state economy.

INTRODUÇÃO

Para França Filho e Laville (2004), a economia solidária tem sua origem no bojo da crise da sociedade salarial, caracterizando-se como tal na França, no início dos anos 1990, na busca de novos mecanismos de regulação da sociedade em que articulações econômicas e políticas possam fecundar em práticas socioeconômicas a partir do território, criando redes de serviços solidários nas residências ou no próprio bairro, em ações que busquem resolver questões associadas à qualidade de vida.

Nessas experiências articulam-se moradores da vizinhança, profissionais, voluntários, gerando trabalho e renda em um modo de fazer diferenciado da economia de mercado. Observa-se, então, que a possibilidade de existência de um projeto de economia solidária calcada em princípios de reciprocidade guarda relação com as formulações originárias no século XIX, pela articulação com a sociedade civil, pelo voluntariado convivendo com o trabalho remunerado, pelas características de não apropriação privada dos excedentes obtidos pelas atividades associativas.

Apresenta, porém, outras características, entre elas uma fragilidade de sustentação, pois se defronta com uma economia de mercado considerada natural, extremamente forte e outra economia, a Estatal, redistributiva, burocratizada e vocacionada a agir segundo orientações da primeira.

Podemos considerar, também, que o estado de direito democrático que se consolida em inúmeros países de expressão ao longo do século XX, diferencia essa experiência denominada de economia solidária, daquela representada pelas cooperativas nascidas no século XIX, pois a repressão desencadeada sobre as experiências daquele momento, dificilmente acontecerá agora.

França Filho e Laville (2004) consideram que outras diferenças marcam esses momentos históricos diferentes de surgimento e ressurgimento da economia solidária. A terceirização da economia mundial nas últimas décadas propiciou um espaço de surgimento e relativa consolidação da economia

solidária, com clara diversificação de setores de serviços envolvidos, mesclando profissionais de diversas áreas, diferentemente da economia cooperativista nascida no século XIX, fortemente influenciada por categorias profissionais, comandando cooperativas de trabalhadores por categoria funcional.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MOMENTO ATUAL

A economia solidária pode se constituir, hoje, como uma forma de inserção social que atua com presença no mercado e utiliza-se da atuação política, através de espaços públicos em construção, permitindo interações das mais diversas, entre associações com presença de voluntários, ONGs, associações populares, poder público, sindicatos, igrejas e outras formas de organizações, potencializando o debate público e permitindo a criação de instituições novas, plurais e democráticas.

Essa atuação política esteve presente no passado, deixando um forte legado apropriado pelos construtores de políticas públicas, assim como no desenvolvimento da economia social.

Os reflexos dessa construção no plano econômico estão na retomada da discussão sobre o caráter plural da economia, presente naquele momento histórico na construção da sociedade industrial e, no presente, na construção da sociedade de serviços, apoiando-se conforme pontua França Filho e Laville (2004) “sobre formas plurais de trabalho”, que escapem da lógica dualista situada entre o mercado e o Estado.

Florescem iniciativas locais no campo de serviços, nascidas sem apoio público, entre elas, diversas iniciativas como casas de abrigo a crianças, áreas como de saúde, educação, cultura, lazer e meio ambiente. Dois aspectos aparecem como diferenciadores da dinâmica, segundo os autores, quando consideramos a atualidade de um projeto de economia solidária: o primeiro refere-se à construção do projeto com uma forte aproximação entre oferta e demanda, através daquilo que França Filho e Laville (2004) denominaram de

"espaços públicos de proximidade"; o segundo, pelo tipo de articulação que se estabelece entre diferentes modalidades de recursos como os de mercado, estatais e não-monetários.

Acrescento um terceiro aspecto, que se refere aos sujeitos constitutivos da economia solidária. No caso brasileiro, esses sujeitos são os componentes dos empreendimentos solidários e os fomentadores, como Organizações não-governamentais, Estado, sindicatos, Universidades. Caracterizam-se como sujeitos de diferentes segmentos sociais, formação escolar e cultural, formando elementos de construção marcados por diferentes visões de mundo.

A questão dos "espaços públicos de proximidade" diferencia o projeto de economia solidária da economia doméstica, já que movimentos sociais como de profissionalização da mulher e do êxodo rural, representam, segundo França Filho e Laville (2004), uma nova dimensão social da domesticidade, em que serviços desenvolvidos na economia solidária têm suporte, em grande parte, no apoio a domicílio às estruturas familiares, porém com a participação de profissionais no cuidado, principalmente, de idosos, desonerando a família das tensões naturais que acontecem nesses afazeres.

A apropriação de recursos do mercado, não-mercantis e não-monetários aparece em praticamente todas as experiências de economia solidária, pois dessa articulação depende a sua sobrevivência.

A economia solidária nasce aproximando essas três instâncias, retirando do mercado recursos através de fundações, associações empresarias ou vendendo seus produtos para o mercado; atuando na formulação de projetos sociais financiados por órgãos de governos voltados para projetos de inclusão social; agindo no estabelecimento de rede de apoio não-monetário nas trocas de experiências, de tecnologia e de solidariedade no enfrentamento da superação das dificuldades de recursos materiais e humanos.

Esse caráter de articulação da economia solidária não faz dela, segundo França Filho e Laville (2004), uma nova forma de economia acrescentada às formas dominantes, mas sim nascida da necessidade de apropriar-se de

elementos constantes em cada uma delas, imbricando economia e política, demanda e oferta, assalariamento e voluntariado.

Considero que esse caráter de articulação e de relação da economia solidária com as demais formas de economia, e do acúmulo histórico dos sujeitos que compõem a economia solidária nas lutas sociais contra o desemprego, contra a exclusão social, contra a discriminação de raça, etnia, gênero, degradação ambiental e outras formas de luta, possibilita criar condições de materialidade e de institucionalidade da economia solidária.

A indefinição dos caminhos que a economia solidária irá trilhar possibilita que seja considerada em construção, porque nasce de experiências entre sujeitos diversos, utilizando recursos variados e de realidades distintas, ainda frágeis do ponto de vista de sua inserção social e peso econômico.

Poderá vir a se constituir como de desenvolvimento sustentável (BRYAN, 2005), porque pode criar pólos de inserção sócio-econômicas nascidas das necessidades locais, com respeito ao ambiente, democracia nas decisões internas, passíveis de articulação em redes e cadeias produtivas e possibilitando aos sujeitos a posse dos meios de produção.

Para França Filho e Laville (2004), a característica da economia solidária enquanto articuladora de espaços públicos de proximidade, possibilita aos empreendimentos solidários encontrar formas de regulação baseada na auto-organização social.

Para que isto aconteça prevalecem dois traços marcantes, sendo um deles, a utilização de meios econômicos de mercado, estatais e não-monetários e o outro se refere à aproximação entre oferta e demanda, possível pela articulação dos espaços de proximidade, pela discussão de problemas comuns envolvendo os sujeitos dos empreendimentos e usuários.

Essa característica diferencia a economia solidária da economia de mercado e da Estatal, pois a primeira gera a oferta do produto e cria a demanda na sociedade através de recursos da propaganda. A economia estatal distribui os recursos obtidos da sociedade por meio de impostos, via

gestores públicos, submetidos à estrutura estatal burocratizada, com pouca ou nenhuma participação da sociedade civil organizada.

Embora essa construção ainda seja modesta, comparada com as demais formas de economia dominantes, França Filho e Laville (2004) consideram que nenhuma das duas abordagens anteriores reflete a emergência do fenômeno, pois tais experiências estabelecem relação com as duas formas de economia e não complementaridade; apresentam clareza de proposição quanto à adoção de princípios econômicos associados a projetos associativos, interativos, cuja lógica é aquela de inserir o fazer econômico no social e no político e não um simples retorno ao comunitarismo exercido no passado.

DEFINIÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para aprofundar um pouco mais o entendimento de economia solidária convém estabelecer algumas categorias para a sua caracterização, conforme pontuam França Filho e Laville (2004:167):

> a) ...pluralidade de princípios econômicos: a centralidade da discussão da economia solidária passa por este princípio, residindo aí o pilar de sua construção, pois está intrínseco nele a construção de "espaços públicos de proximidade", em que possam ser elaborados e gestados atividades econômicos sociais que aproximem oferta e demanda, aproximem também profissionais, cidadãos e voluntários; a economia solidária vai articular-se com as demais formas de economia, sem portanto caracterizar-se como complemento ou subordinada a qualquer uma delas.
> b) autonomia institucional: este princípio busca o reconhecimento de que os empreendimentos de economia solidária são autônomos em relação ao controle de outras instituições, não implicando ausência de articulações, apoios das mais variadas formas; estes apoios podem vir do Estado, de Empresas privadas, de Voluntários, de Organizações Não-Governamentais, não significando perda de autonomia de gestão, de tomada de decisões, de estabelecimento de regimentos internos de operação das práticas da organização.
> c) democratização dos processos decisórios: este princípio baseia-se no caráter essencialmente associativo dos empreendimentos ligados à economia solidária; são colegiados que mantém práticas democráticas de tomada de decisões,

> constantes dos estatutos, como assembléias dos associados como órgão máximo de deliberação das decisões.
> d) sociabilidade comunitário-pública: a economia solidária atua na busca de um equilíbrio entre uma prática de relação de pessoalidade, com uma necessária busca de senso organizativo; é um equilíbrio difícil de ser obtido na prática, pois as tendências recaem na polarização de um dos lados, isto é, ou cai na impessoalidade, com ênfase na organização, ou cai no comunitarismo, com ênfase nas relações pessoais descuidando-se do senso organizativo necessário ao empreendimento.
> e) finalidade multidimensional: a questão central neste princípio refere-se ao espaço de articulação de uma multifuncionalidade, em que aspectos sociais, culturais, políticos, ecológicos estão sendo pautados; os empreendimentos solidários não são voltados somente para dentro do núcleo formador, pois articula ações de um coletivo que extrapolam o núcleo original, saindo para questões políticas do entorno, do município, da região ou do país.

A premissa de que a economia solidária não irá se caracterizar como complemento ou subordinada às economias dominantes não pode ser dada como definitiva, dependendo evidentemente da força econômica, social e política que os sujeitos constitutivos do movimento, em especial os empreendimentos solidários, irão conquistar com o tempo. O fato de ela necessitar de aporte de recursos dos sistemas econômicos dominantes à coloca necessariamente em relação de desigualdade.

A autonomia institucional não é uma condição automática, tendo uma relação direta com capacidade de gestão, princípios de educação associativista fortemente consolidada, resultados econômicos e, principalmente, perenidade do negócio. Além disso, o risco de busca de controle por quem financia é grande, estando associado esse controle a fins político-eleitorais, subordinação desses empreendimentos solidários à fundações de empresas de mercado.

A categoria de democratização dos processos decisórios depende muito de processos formativos com forte ênfase nesse princípio. Trata-se de uma categoria que necessariamente permeará a vida de todo empreendimento solidário, pois a cultura dominante na sociedade brasileira não apresenta uma tradição democrática do ponto de vista das lideranças políticas, empresariais, de associações, etc.

A busca desse equilíbrio entre uma prática de pessoalidade e de senso organizativo não é uma tarefa fácil, pois as relações pessoais em um empreendimento em que todos são sócios e trabalhadores são complexas. A direção do empreendimento enfrenta o dilema de ter sua autoridade questionada e, ao mesmo tempo, o empreendimento necessita de organização. Trata-se de uma categoria das mais difíceis de acontecer na prática.

A finalidade multidimensional depende muito da articulação política do movimento de economia solidária. Ela pode acontecer de duas formas: no entorno da localização do empreendimento ou na cidade, na região ou no País. Essa categoria, para acontecer, exige que o movimento de economia solidária tenha um grau de maturidade, implicando em um processo de acúmulo em processos de autogestão e articulação em rede e cadeias produtivas. A solidariedade deve significar um valor de força do movimento, de forma que possa ocorrer essa relação com o entorno.

Singer e Souza (2003) definem a economia solidária como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, construído a partir de homens e mulheres que, ao longo da história de implantação da economia de mercado, estiveram à margem dos benefícios gerados por ela. Argumenta que a economia solidária vai além da posse dos meios de produção e distribuição pelos associados, pois a operação dos meios produtivos também é socializada, já que o avanço tecnológico e a produção em larga escala provoca a socialização das pessoas envolvidas no processo; aliás, também na economia de mercado a operação dos meios produtivos são igualmente socializados, obedecendo à mesma lógica de análise.

Para Singer e Souza (2003:13), a economia solidária vai além de uma simples fusão entre a economia de mercado e a estatal, tendo um caráter próprio, que vai além de ambas; apresenta como unidade básica a cooperativa de produção, cujas categorias principais de caracterização são:

a) a posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir;
b) a gestão democrática da empresa ou por participação

direta (...) ou por representação;

c) a repartição da receita líquida entre os cooperados...;
d) a destinação das sobras por critérios definidos entre os associados.

A categoria posse coletiva dos meios de produção proposta pelos autores esbarra no conceito de propriedade individual, fortemente arraigada em nossa sociedade. Observamos em alguns empreendimentos solidários de reciclagem que estão inseridos no programa da Prefeitura Municipal de Campinas, uma tentativa de alguns Cooperados em se apropriar de materiais que são da cooperativa. A consolidação desse conceito exige uma formação continuada em economia solidária e a ancoragem de organizações políticas fortes do movimento.

A categoria gestão democrática dos empreendimentos solidários também tem dificuldades em consolidar-se como um modo de gestão nos empreendimentos solidários, em função da tradição de estados fortes e autoritários constituídos ao longo de nossa trajetória histórica.

A repartição da receita líquida entre os cooperados não tem acontecido ainda nos empreendimentos solidários estudados no município de Campinas em função do tempo de vida deles; já a divisão das sobras acontece com um mínimo de situações conflituosas quando o empreendimento solidário considera critérios que levem em consideração as diferenças entre os membros, ocorrendo uma diferenciação de ganhos.

Os construtores da economia solidária, ainda de acordo com Singer e Souza (id.), são aquelas pessoas possuidoras de meios individuais de produção e distribuição e aquelas que vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho, havendo muito em comum entre as características que regem a economia solidária e a aspiração de, pelo menos, parte dessas pessoas. A razão porque isto ocorre deve merecer estudos aprofundados, pois fica evidente a elas que a ascensão social dentro da economia de mercado torna-se cada vez mais difícil.

A solidariedade ocorre entre as pessoas de um núcleo familiar e de relacionamento de amigos, mas dificilmente ocorre fora desse círculo restrito. A economia solidária possibilita esse espaço de vivência e de trocas entre as pessoas pela própria dinâmica da divisão eqüitativa das sobras, daí poder tornar-se um campo fértil de crescimento e consolidação.

CONCLUSÕES

A economia solidária, porém, sempre irá conviver com o potencial aliciador da economia de mercado, que freqüentemente apropria-se de espaços criados pelos trabalhadores, introduzindo mecanismos deformadores dos princípios norteadores do empreendimento solidário, seja através da compra desses empreendimentos ou de um processo de sedução dos dirigentes para práticas capitalistas em seus empreendimentos.

Distorções dos princípios da prática de economia solidária estão presentes ao longo da construção histórica da economia solidária, pois, no fim do século XIX grandes e poderosas cooperativas de consumo européias recusaram-se a adotar a autogestão nos estabelecimentos fabris e comerciais que iam criando. O mesmo foi feito pelas grandes cooperativas agrícolas, na Europa e América do Norte e mais tarde nos demais continentes.

Esse dado de realidade vem acompanhando o desenvolvimento das sociedades cooperativistas ao longo de todo o século XX, sendo fato que grande parte das cooperativas agrícolas e de consumo adotou a gestão capitalista; as primeiras organizaram-se em grandes empresas agro-industriais, profissionalizando a gestão e admitindo sócios capitalistas em seu meio; as segundas, que conheceram o apogeu na primeira metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial enfrentaram forte concorrência das grandes lojas atacadistas e, hoje, fecham as portas em grande número de países.

Um dado importante é a resolução da ACI, órgão de representação das cooperativas em todo o mundo, que em 1999 reafirmou os princípios gerais do cooperativismo, parecendo ir à contramão do que parece ser uma apropriação

capitalista, principalmente das cooperativas agrícolas. Esta resolução é, com certeza, uma tentativa de retomar os princípios originais do cooperativismo, embora a prática há muito tenha distorcido os rumos desses empreendimentos cooperativistas.

Essa posição de flexibilização que as sociedades cooperativistas adotaram ao longo do século XX, claramente aponta para uma inflexão na construção de um projeto de economia solidária ao quebrar o princípio uma pessoa, um voto, um dos princípios basilares da economia solidária.

Os autores argumentam que a distorção encontrada nos empreendimentos cooperativistas, ao adotarem práticas capitalistas, reside muito mais na crença de que é fundamental a presença de especialistas na gestão do empreendimento, do que a crença na inevitabilidade da cultura capitalista, ou seja, no entendimento de que este é o único modelo possível. É uma posição equivocada, pois a gestão de qualquer empreendimento é muito mais função de fatores políticos internos e externos do que de especialização técnica, isto é, requer muito mais habilidades generalistas do que tecnicista.

Essa questão da importância do especialista não impede, ou não deve impedir a gestão democrática, pois o processo decisório pode ouvir o técnico e adotar posições que contemplem todos os aspectos envolvidos, como as implicações políticas, sociais, culturais. Aliás, é o que acontece na empresa de mercado, pois as decisões são tomadas pelo colegiado de acionistas majoritários.

Singer e Souza (2003:22) pontuam a necessidade de que o nascimento de um empreendimento solidário requer uma articulação com a sociedade civil, com outros empreendimentos solidários, incubadoras, organizações não-governamentais, sindicatos, entidades religiosas. Clareia esta posição ao afirmar “que todo empreendimento solidário é ao mesmo tempo uma associação comunitária; quem se associa a ela não faz contrato de trabalho mas entra numa união em que o seu destino individual se funde com o dos seus companheiros.”

A economia solidária pode ser desenvolvida em todos os campos da atividade econômica, sendo fundamental para que isto ocorra a articulação de diversos tipos de recursos como fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnica e científica, educação e capacitação continuada e marco legal; esses recursos podem ser aportados de diversas fontes, como sindicatos, igrejas, ONGs., Estado, voluntários, associações, movimentos sociais, entre os mais envolvidos. Importante ressaltar que os empreendimentos privados cresceram e consolidaram-se com a apropriação de recursos de diversas fontes, como de bancos estatais, privados, universidades, Estado, parceiros comerciais.

Ainda para os autores, o movimento de economia solidária carece de atuação em rede, pois grande parte dos empreendimentos atua separadamente e em mercados dominados por empresas de mercado; cita o complexo cooperativo de Mondragón, na Espanha, que integra uma rede composta por dezenas de cooperativas de produção, um grande banco, denominado a Caja Laboral Popular, rede de supermercados, uma Universidade e diversas cooperativas de apoio tecnológico.

Singer (1998) entende a Economia Solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social; completa, afirmando que a construção da economia solidária é uma dessas outras estratégias, aproveitando a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista.

Singer (2002) acrescenta que programas de geração de trabalho e renda baseados na economia solidária são importantes porque, em primeiro lugar, existe uma ausência de crescimento econômico sustentável no Brasil nas duas últimas décadas, sendo que esses programas amenizam o elevado índice de desemprego e contribuem para inibir o processo de exclusão social.

Segundo, porque criam espaços de atuação e conhecimento popular em autogestão, pois as cooperativas de produção, consumo e crédito, ao lado de

associações mutualistas de seguro e saúde e de sistemas locais de integração comercial constituem componentes de um modo de produção que tem o trabalho e o consumo – e não o lucro – por prioridade.

Terceiro, porque o crescimento econômico é uma condição para gerar emprego e renda, mas isoladamente é insuficiente para resolver o problema do desemprego em qualquer país (desenvolvido ou subdesenvolvido), pois a dinâmica de acumulação de capital promove o desenvolvimento econômico construindo e destruindo riquezas, tornando obsoletas mercadorias e serviços, sempre prescindindo da força de trabalho, condição decorrente da contradição capital trabalho.

Santos (2002) discute economia solidária denominando-a de formas de produção não capitalista, não substitutiva ao modo de produção capitalista, embora tal constatação não retire das experiências seu caráter relevante e emancipador. Reitera que

> ao encarnar formas de organização não capitalistas, as alternativas econômicas geram dois efeitos importantes a se considerar. Em primeiro lugar, no nível individual implicam freqüentemente mudanças fundamentais nas condições de vida dos seus atores, como mostram os estudos sobre transformação da situação dos coletores e recicladores de lixo na Índia e na Colômbia... Em segundo lugar, no nível social, a difusão de experiências bem sucedidas implica a ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas de organização não capitalistas... como no caso do complexo cooperativo de Mondragón, na Espanha, que tem influência em uma região inteira... (Santos, 2002:31).

Santos (2002) entende que existem três diferentes formas de produção não capitalista. A primeira delas remonta às origens do pensamento associativista e da prática cooperativa no século XIX, caracterizando-se em seu desenvolvimento como alternativas tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado, inspirando-se em sua prática econômica nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, eqüidade e solidariedade.

Embora tenha havido ao longo da história de construção do pensamento e da prática do movimento cooperativista internacional um crescimento do número de cooperativas, o associativismo não atingiu um grau de

amadurecimento que chegasse a se constituir como uma alternativa concreta em relação ao setor capitalista da economia nacional e mundial. Entretanto, para o autor, nos últimos anos a teoria e as práticas cooperativistas têm suscitado um renovado interesse que desafia o prognóstico pessimista sobre a viabilidade econômica das cooperativas e que recuperou os elementos centrais do pensamento associativista.

Essa constatação ganha força após o fracasso das economias centralizadas e a ascensão do neoliberalismo. Provoca no meio sindical, popular, acadêmico e em governos progressistas, uma retomada desse pensamento com o objetivo de experimentar alternativas econômicas. Para compreender as razões do interesse renovado pelo fomento aos empreendimentos não capitalistas, Santos (2002) considera essas unidades produtivas capazes de competir no mercado, já que o mercado garante a autonomia das iniciativas coletivas, um dos princípios básicos do associativismo.

Nos empreendimentos solidários o comprometimento dos trabalhadores/sócios é natural, pois eles têm maior incentivo econômico e moral para a construção do empreendimento e na consolidação política do movimento. Outro aspecto importante a ser considerado relaciona-se à efetiva diminuição na concentração de propriedades privadas ao longo do tempo, provocando crescimento econômico e diminuição das desigualdades. Por fim, os empreendimentos não capitalistas ampliam a democracia participativa para a economia, restrita à democracia política.

A segunda forma de produção não capitalista proposta por Santos (2002), denominada desenvolvimento alternativo, tem como pressuposto a subordinação do desenvolvimento econômico a questões não econômicas, ao desenvolvimento do poder comunitário, de baixo para cima. Deve privilegiar a escala local, partindo primordialmente de comunidades historicamente marginalizadas, buscando formas de produção não capitalistas, enfatizando a importância das atividades de troca nas comunidades, reforçando assim, os mecanismos de reciprocidade que permitem aos seus membros o acesso a bens e serviços que sua pobreza os impede de adquirir. Essa forma de

produção tem acontecido através da mobilização dos movimentos sociais (luta por terra e habitação), das ONGs. (religiosas, ecologistas, feministas), das comunidades e dos setores governamentais da semiperiferia e da periferia através de formas associativas de produção e serviços, como associações de moradores, cooperativas, associações de micro crédito, associações de produtores por ramo de atividade (pesca, artesãos).

A proposta de desenvolvimento econômico alternativo tem impactado sobremaneira as políticas públicas implementadas nas economias periféricas e semi periféricas, caracterizando-se hoje como uma linha de pensamento e ação que claramente combate a globalização neoliberal. Influenciou sobremaneira para que ONGs. e governos alterassem rumos de propostas de desenvolvimento que desconsideravam as comunidades locais e seus interesses mais legítimos, assim como agências de desenvolvimento internacionais como o Banco Mundial, que introduzem programas de desenvolvimento comunitário e de microcrédito nos anos 1990.

Finalmente, vale salientar que essa estratégia de desenvolvimento alternativo possibilitou que inúmeros tratados e fóruns internacionais introduzissem temas como a preservação do meio ambiente, a diversidade cultural e o impacto do desenvolvimento econômico convencional sobre as populações dos países pobres. O risco dessa abordagem está em considerar o desenvolvimento local suficiente e deixá-lo desconectado dos movimentos regionais, nacionais e globais. Assim, um dos grandes desafios dela, está em formular pensamentos e práticas que atuem em escala local, regional, nacional e até global, porém criando mecanismos que impeçam a cooptação para o campo das produções capitalistas.

A terceira forma de produção não capitalista proposta por Santos (2002), denominada alternativas ao desenvolvimento, propõem a ênfase no local, a promoção da autonomia comunitária, porém, ao contrário da visão de desenvolvimento alternativo exploram alternativas pós-desenvolvimentistas, considerando crescimento econômico impossível de ser sustentável sem destruir as condições de vida sobre a Terra. Segundo Santos (2002:55),

> a resistência ao desenvolvimento como crescimento e a formulação de alternativas baseadas em culturas não-hegemônicas segue uma tradição de pensamento e ação que teve as suas manifestações mais importantes na luta contra o colonialismo. Provavelmente, o exemplo mais marcante é a idéia de Swadeshi, elaborada por Ghandi no contexto da luta do povo indiano contra o colonialismo inglês.

Na defesa do modo alternativo ao desenvolvimento participam um conjunto de organizações e movimentos em todo o mundo, por afirmações culturais e proteções ambientais, a partir de um conceito antidesenvolvimentista, articulados em redes de ações locais e globais, participando de lutas pela autodeterminação dos povos indígenas, contra projetos de desenvolvimento econômico que colocam em risco grupos de comunidades, como o povo U'wa, na Colômbia, contrários à exploração do Petróleo nos seus territórios, o povo de Chipko na Índia, contra a derrubada comercial de árvores e a resistência no mesmo país, contra a construção da barragem no rio Narmada.

Acredito que o segundo caminho proposto pelo autor, denominado desenvolvimento alternativo, tem sido a via de construção da economia solidária em nosso País. A própria composição do movimento de economia solidária, com a participação de agências de fomento oriundas de ONGs, Governos locais e Universidades com tradição de defesa de direitos de comunidades marginalizadas, defesa do ambiente, de minorias étnicas e de gênero induzem à uma construção nessa via.

Além das razões acima expostas, considero que a construção da economia solidária na via do desenvolvimento alternativo trabalha com questões ligadas às históricas lutas sociais, como busca uma melhoria substancial de renda dos sujeitos dessas comunidades marginalizadas.

Diferindo dos autores anteriormente citados, Barbosa (2005:270),

> situa as mudanças no trabalho como decorrência de necessidades sociais concretas do capital mediadas por aparatos de hegemonia que promovem o *consentimento ativo* da sociedade, onde a economia solidária se insere tendo a motivação de amplo segmento vinculado as lutas sociais históricas do país. A *passivização* da pauta dos movimentos

> sociais e a reconceituação do trabalho advindo desse processo se desdobra na quebra de compromisso público com o assalariamento por parte de Governo e movimentos sociais.

A autora, embora considere a complexidade dos fundamentos discutidos na formulação da economia solidária em suas dimensões econômicas, políticas e ideológicas, além de verificar uma efetiva possibilidade de abertura de mercado junto à consumidores da periferia das cidades e campo, problematiza ao enxergar uma expansão da mercadorização da vida social, por detrás da simples geração de renda.

Reconhece que a economia solidária apresenta um corpo de postulados claros que mostram a face crescentemente destrutiva do capital, em sentido humano e ambiental, porém argumenta que os defensores da economia solidária subestimam a força hegemônica do capital, levando ao que a autora define de "*fetiche* do empreendedorismo, aplicado ao trabalho coletivo autogestionado, servindo de invólucro ao *transformismo* da pauta das lutas sociais" (BARBOSA, 2005:271).

Esse risco ocorre quando se busca o fomento dos empreendimentos solidários com o foco somente no econômico, descuidando-se da formação em autogestão, nos conceitos de economia solidária e da não inserção dos empreendimentos nas articulações do movimento, como as Conferências, os fóruns, os encontros e organizações políticas dos empreendimentos. Outro cuidado a se tomar refere-se à necessária ampliação da formação escolar dos sujeitos desses empreendimentos, possibilitando a ampliação de seus horizontes de conhecimento e cidadania.

A autora finaliza sua crítica combatendo o que ela considera uma segmentação e hierarquização social ao estabelecer como sentido ideológico a crença na possibilidade de constituir um mundo do trabalho à parte daquele restrito aos grandes produtores e consumidores. Argumenta que nessa linha de conceituação põe-se por terra práticas e valores da universalização e igualitarismo social, outrora conquistado em algumas nuances.

> A idéia de que possamos fazer o contrário praticando o cooperativismo (*o novo cooperativismo*) parece mais

> complicado do que a ideação sugere, na medida em que a dualidade é o simulacro da dominação, pervertendo em termos teóricos a visão de totalidade social e em termos políticos, o igualitarismo (BARBOSA, 2005:271).

A autora traz uma preocupação calcada na realidade, dado a força da economia de mercado. É importante reconhecer também, que grande parte dos empreendimentos solidários escoa seus produtos para a economia de mercado que, ao se sentir ameaçada, pode prescindir desses produtos. Porém, como a autora afirma, a economia solidária tem espaço para colocar seus produtos e, concretamente faz isso, articulando-se em rede de negócios.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. N. C. *Economia Solidária como Política Pública*: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 2005. 2 v. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BRYAN, N. A. P., COUTO, A. P. (Orgs.). *Conhecimento e Desenvolvimento Sustentável: dos problemas societais aos fundamentos multidisciplinares*. In: Bryan, N. A. P. (org), Momma, A. M. Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: metamorfoses do conceito e as suas relações com a Educação. Covilhã, Portugal: UBI; Campinas, SP: UNICAMP, Gráf. FE, 2005.

FRANÇA FILHO, G. C., LAVILLE, J. L. Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional. Porto Alegre: Editora da UFRJ, 2004. 194 p.

FRANÇA FILHO, G. C., LAVILLE, J-L, MEDEIROS, A., MAGNEN, J. P. *Ação Pública e Economia Solidária:* uma perspectiva internacional. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2006, 326 p.

MARCONSIN, A. F. *Política pública de economia solidária: uma política em construção*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2008, 295 p.

SANTOS, B. S. (org.). *Produzir para Viver: Os Caminhos da Produção Não Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 514 p.

SINGER, P. *Utopia Militante*. São Paulo: Vozes, 1998.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária. São Paulo***:** Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. SOUZA, A. R. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.